



Madeira Serrano ao lado de Enrique Garcia Vasquez (à esquerda), da Argentina, no FMI.

O Brasil ainda tem uma saída: as exportações.

A reativação da economia brasileira continua dependendo de fatores externos, independentes da vontade do governo: basicamente, a redução ou, pelo menos, a estabilização das taxas de juros nos Estados Unidos, e da manutenção dos preços do petróleo, em dólares, nos atuais níveis. Isto é o que afirma um documento que circula no governo.

Embora alertando para "consequências perversas" sobre o Brasil, em decorrência da persistência das taxas de juros reais bastante elevadas, o documento ressalva que uma redução das taxas nos Estados Unidos, causada por uma política fiscal mais restritiva, poderá provocar um enfraquecimento do dólar, revertendo a atual situação: as exportações norte-americanas se tornariam mais competitivas, surgiriam pressões inflacionárias nos Estados Unidos e a continuidade da recuperação econômica estaria novamente sob risco.

O leve crescimento, de apenas 1% em volume de comércio internacional em 1983, é explicado quase exclusivamente pelo aumento das importações norte-americanas. As vendas do Brasil ao mercado norte-americano, por exemplo, cresceram 24,2% em relação a 1982, tendo obtido um saldo de US\$ 2,5 bilhões, ao mesmo tempo em que o País diminuiu suas compras nos EUA em mais de US\$ 600 milhões.

O documento faz um histórico do comportamento das taxas de juros em período recente. Medidas em termos nominais, as taxas de juros mostraram uma sensível queda a partir de 1980, quando a prime rate se situou em 21,51% (média anual) e a Libor em 16,44%. Em 1982, as taxas caíram para 14,6% e 13,4%, respectivamente. No primeiro semestre de 1983, enquanto a prime rate se estabilizava em torno de 10,25%, a Libor oscilava entre 9% e 9,8%. Já no segundo semestre do ano, a prime rate subiu para 10,7% e a Libor, para 10,3%. Nos últimos 30 dias, a prime rate acabou por atingir 12%.

As taxas de juros reais, portanto, permanecem bastante elevadas diante da queda acentuada das taxas de inflação nos Estados Unidos e na área do eurodólar. Descontada a inflação, as taxas de juros reais de curto e longo prazo nos Estados Unidos oscilaram entre 4 e 6% ao longo do ano passado, enquanto nos demais países da OCDE aquelas taxas variaram entre 3 e 7%, praticamente os mesmos níveis registrados em 1980.

Ao mesmo tempo, como os juros reais têm sido mais elevados nos Estados Unidos que na área do eurodólar, os países europeus têm sido obrigados a elevar suas taxas internas para evitar o já volumoso fluxo de

capitais da Europa para os Estados Unidos, e concorre para aumentar as incertezas quanto à estabilidade do processo de reativação das economias industrializadas.

Adicionalmente, o fenômeno tem agravado a crise financeira dos países pobres, principalmente o Brasil, sujeitos desde 1979 ao pagamento de juros externos muito acima do suportável.

Simonsen preocupado

O endividamento externo do Brasil agravou-se com a elevação da Libor e não da prime rate mas a principal causa da preocupação continua sendo o aumento do déficit fiscal dos Estados Unidos. A afirmação foi feita ontem pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen durante palestra realizada, no V Congresso Nacional de Sociedades Corretoras de Valores, em Salvador.

Para Simonsen, a política econômica do presidente Reagan "combinou uma ortodoxa austeridade monetária com um imprevisível aumento do déficit fiscal, provocando a ascensão sem precedentes da taxa real de juros, uma valorização do dólar baseada em diferenciais de taxas e uma devastação nas relações de troca dos países em desenvolvimento".

O ex-ministro disse que os Estados Unidos com um déficit comercial de US\$ 100 bilhões, previsto para este ano, "encontram-se na confortável posição dos países que gastam mais do que produzem, e cujo déficit público é em boa parte financiado com recursos externos".

Esta situação é muito prejudicial ao Brasil, mas ainda há condições de recuperação: "O que nos dá alguma esperança é que o atual desempenho econômico norte-americano se baseia num equilíbrio instável e que só pode ser ajustado com um corte substancial no seu déficit público".

Apesar das dificuldades, Simonsen acha que o principal problema para o crescimento não é a dívida externa, mas a inflação interna: "No Brasil, os custos sobem mais depressa que a demanda, elevando os juros reais e inibindo a expansão do produto e do emprego".

Avaliação

O Manufacturers Hannover Trust, um dos maiores credores do País, enviou o seu economista-chefe para a América Latina, Frank Fernandez, para analisar mais a fundo a economia brasileira. Ontem, Fernandez conversou com o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, almoçou com o diretor da Área Bancária do BC, José Luiz Silveira Miranda, e visitou a Sest (Secretaria de Controle das Empresas Estatais).